

# Nova leitura do é dando que se recebe

O presidente da República e seu ministro da Justiça estão convocados pelos últimos acontecimentos a rever as relações do governo com o Congresso. Há crescente inconformidade parlamentar com a não-participação nas decisões de governo e os novos governadores tendem a reforçar esse comportamento. Eles temem ser postos de lado também nas decisões que envolvam interesses dos seus estados. Os congressistas não terão a pretensão de pôr a canga no presidente, nem terá sido para eles a advertência feita por Collor num improviso brasileiro. A briga ainda é com Mário Amato e a parte dos empresários que interpretou.

O ministro Passarinho aparentemente está ainda às voltas com o curto prazo, isto é, com os poucos dias de vida que restam ao atual Congresso. Há pela frente um esforço concentrado a exigir cuidado. No correr dele há o risco de rejeitar o Senado o veto aos reajustes da Previdência e continua pendente a política salarial. A equipe econômica aparentemente já se deu conta de que, sem recair na indexação, algo deve ser feito para minorar as perdas salariais impostas por uma inflação crescente. Enquanto a inflação não cair não há como bloquear as pressões por reajustes. Se o governo não conseguiu dominar os preços



terá de ceder nos salários.

Uma decisão de governo parece essencial para que o ministro da Justiça se desincumba da tarefa de compatibilizar maioria parlamentar e governo.

A experiência dessa negociação irá facilitar, ou não, a vida desse governo na nova legislatura. Câmaras legislativas renovadas e refrescadas pelo voto popular poderão ser mais reivindicantes não só em nome dos seus eleitores como também em defesa da autonomia e do prestígio delas mesmas. Desde que situadas as relações no âmbito do interesse geral e do respeito às instituições o diálogo poderá ser fácil. O presidente julga-se portador de mensagem de renovação em nome da qual pede ao Congresso nova avaliação das posturas tradicionais.

Da parte dos congressistas, se não houver, ao lado do inconformismo e das veleidades autonomistas, uma retomada do seu papel institucional e uma abdicação de privilégios ditados por políticas de favorecimento, dificilmente irão conseguir domar a impopularidade e o desprestígio que os perseguem. Afinal já não cabe a leitura que o *Robertão* faz das palavras de São Francisco. Mas também o governo deve estar atento à leitura tradicional e santa do venerável "é dando que se recebe".